

A compreensão tem limites

ABRAM SZAJMAN

Empresário, presidente da Federação e do Centro do Comércio do Estado de São Paulo e presidente do Conselho de Administração do Grupo VR

Com a divulgação dos dados recentes sobre a inflação, caiu por terra o argumento do Banco Central — e dos analistas que respaldam a exagerada cautela da autoridade monetária — de que a interrupção da trajetória de queda da taxa Selic se justificaria por estarem os preços na iminência de uma alta generalizada.

Como sabem as pessoas que pagam impostos e enfrentam as despesas domésticas cotidianas, janeiro é o mês de se pagar IPVA e da compra de material escolar, entre outros desembolsos típicos do início do ano. São pressões sazonais, localizadas e esperadas. Podem impactar o índice da inflação “cheia”, mas não chegam a representar perigo quando se atenta para o núcleo do processo, ou seja, a aceleração de preços despojada dos fatores transitórios. Esse núcleo, segundo a Fipe, reduziu-se em janeiro, embora a alta mensal do IPC tenha sido de 0,65%, superior, como é comum, ao índice verificado em dezembro (0,42%).

Outras pressões que, igualmente, não devem inspirar receios ou causar calafrios, são as representadas, por exemplo, pela elevação de produtos metalúrgicos, presentes nos bens duráveis e na construção civil, causada pela alta dos preços internacionais do aço. São também, portanto, pontuais e localizadas.

Na direção oposta a essas pressões, os dados disponíveis revelam que, a partir de abril, o IPCA tende a se estabilizar em 6% para o período de 12 meses. O que se aproxima da meta central do próprio governo, de 5,5% para a inflação deste ano. Na medida em que essa previsão vai se confirmado, evidencia-se o despropósito de a taxa real de juros situar-se no patamar extremamente elevado em que se encontra. Se é verdade que é a menor taxa de juro real dos últimos dez anos, como apregoa o Banco Central, não é menos verdadeiro que continua a ser uma das maiores do mundo.

A preocupação com um suposto excesso de demanda não se justifica. O comércio na região metropolitana de São Paulo, de acordo com a Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista da Fecomercio SP, vendeu 3,6% menos em dezembro de 2003 em relação ao mesmo mês do ano anterior. As vendas do ano passado caíram 3,8% em relação a 2002. O setor de supermercados apresen-

tou retração de 11% em dezembro de 2003, o que significa que as pessoas estão reduzindo até o consumo de produtos básicos, inclusive alimentos.

Segundo o IBGE, o rendimento médio dos trabalhadores, tanto formais como informais, apresentou redução de 12,5% em dezembro de 2003. A causa disso pode estar em outro indicador, desta vez do Seade/Dieese, sobre o desemprego na região metropolitana da capital de São Paulo, que, em 2003, atingiu novo recorde, de 19,9% da população economicamente ativa, contra 19% em 2002. É bom lembrar que cada ponto percentual das frias estatísticas sobre a desocupação se traduz em 800 mil pessoas sem emprego, em nível nacional. Isso sem contar que a informalidade já atinge 58,1% dos ocupados em todo o país, ou 38,1 milhões de pessoas, segundo estudo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em resumo, o nível da atividade econômica não justifica a excessiva cautela do Banco Central. As distorções que esse exagero provoca são inequívocas. Apesar de a meta de superávit primário ter sido atingida e mesmo superada, a relação da dívida pública com o PIB não caiu. Ao contrário, passou de 55,5% no final de 2002 para 58,2%, ao término de 2003. Esta é, inclusive, a principal causa de o risco-Brasil continuar alto.

Também são evidentes as restrições à retomada do desenvolvimento. O juro alto só atrai o capital especulativo de curto prazo. Tira a capacidade de investimento do setor público em infra-estrutura, porque aumenta o serviço da dívida.

É hora de mudar o foco da política econômica do governo. Em vez da preocupação exagerada e não justificada com o controle da demanda, é preciso retomar o ritmo de queda da taxa Selic e criar mecanismos, por meio da ação do governo como um todo, para ampliar a oferta de bens e serviços. Não é razoável que, com o nível da carga tributária que pagamos, o governo não tenha dinheiro para investir em saneamento, energia elétrica e transportes, áreas em que, além do mais, o investimento privado ainda não chegou, graças à inexplicável demora na definição das regras.

O empresariado quer cumprir o seu papel na retomada do crescimento, mas para isso necessita de condições mínimas. Registro aqui uma frase recente de um executivo europeu, cujo grupo investiu cerca de 1,5 bilhão de euros no Brasil desde 1995, em documento entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva: “Temos compreensão com as dificuldades do governo, mas essa compreensão tem limites e não paga os juros dos bancos”. Os empresários brasileiros, com certeza, assinam embaixo.

